



# CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

2014

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO P.L.C Nº 017/14 E P.L.C. Nº 018/14, QUE TRATAM, RESPECTIVAMENTE, DE ALTERAÇÕES NO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO, QUE TRATAM, RESPECTIVAMENTE, DA DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INTERESSE SOCIAL 2 (ZEIS 2) PARA ATENDER À DEMANDA POR MORADIAS DESTINADAS À POPULAÇÃO DE MENOR RENDA, REVOGAÇÃO DA LEGISLAÇÃO, NO QUE SE REFERE A FAIXA *NON EDIFICANDI* LOCALIZADA NO BAIRRO CAMPESTRE, DE FUTURAS INSTALAÇÕES DA CIDADE JUDICIÁRIA E SOBRE A EXPANSÃO UNISUL, EM CONFORMIDADE COM O REQUERIMENTO Nº 600/14, REALIZADA AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2014.**

Às nove horas e vinte e um minutos do dia vinte e sete do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa de Leis, sob a Presidência do Vereador Matheus Antonio Erler e em conformidade com o Requerimento nº 600/14, foi realizada a Audiência Pública para discussão das alterações no Plano Diretor do Município, da delimitação da Zona de Interesse Social 2 (ZEIS 2) para atender à demanda por moradias destinadas à população de menor renda, da revogação da legislação no que se refere a faixa *non edificandi* localizada no Bairro Campestre, de futuras instalações da Cidade Judiciária e sobre a expansão Unisul. O Diretor do Departamento Legislativo desta Casa, Dr. Fábio Dionísio, conduziu a abertura dos trabalhos, informando acerca do caráter e dinâmica desta Audiência Pública, da qual constará ata eletrônica e transmissão ao vivo pela TV Câmara. A Mesa Diretiva dos trabalhos foi formada pelas seguintes autoridades: Vereador Matheus Antonio Erler, Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, autora do Requerimento que ensejou esta Audiência Pública; o Vice-Prefeito, Arquiteto Dr. João Chaddad, representando o Exmo. Prefeito Municipal; Dr. Mauro Rontani, Procurador Geral do Município; Sr. José Admir Moraes Leite, Secretário Municipal de Finança; Sr. Lauro Pinotti, Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento - IPPLAP e Dr. Robson Soares, Diretor do Departamento Jurídico da Câmara de Vereadores. Estiveram presentes ainda nesta Audiência Pública as seguintes autoridades; Senhor Rogério Mendes de Campos, representando o Engenheiro Dr. Arthur Ribeiro, Secretário Municipal de Obras; a Sra. Lidia D'arce Martins, representando o Senhor Francisco Rogério Vidal e Silva, Secretário Municipal de Defesa do Meio Ambiente; Senhor Paulo Roberto Coelho Prates, representando o Senhor Walter Godoy dos Santos, Presidente da EMDHAP; Senhor José Antonio de Godoy, Secretário Municipal de Governo; Senhor Tarcísio Ângelo Mascarim, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico; Senhor Ângelo Tadeu Ali, Presidente do Conselho Municipal de Expansão e Desenvolvimento Industrial e Comercial (COMEDIC); Vereador João Manoel dos Santos, Presidente desta Casa de Leis e os Vereadores: Carlos Alberto Cavalcante; Gilmar Rotta; José Aparecido Longatto; Luiz Carlos Arruda e Pedro Motoitiro Kawai e os assessores parlamentares Maria Helenice dos Santos; Elisabete aparecida Fernandes; Debora Furlan Rossini; Antonio Oswaldo Storel; José Severo dos Santos, Valdir Diogo Vaz. Estiveram presentes também, a Sra. Kátia Garcia Mesquita, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro e o Senhor Carlos Eduardo Gaiad, Diretor do Departamento de Comunicação desta Casa de Leis; Senhora Ninfa Sampronha Barreiro, do Conselho da Cidade; Orson Carvalho e Valmir Santana, ambos do Instituto de Pesquisa e Planejamento - IPPLAP; Sônia Cristina Ramos, Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio ambiente - CONDEMA. Como Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação,



# CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

2/2

Vereador Matheus Antonio Erler presidiu e dirigiu os trabalhos, e após saudação aos presentes, ressaltou a importância da realização desta Audiência Pública, pois além da exigência de cumprimento de dispositivo legal, trata-se também, de assunto de suma relevância para a população e esclareceu o objetivo da presente audiência. Ato contínuo, passou a palavra ao Vice Prefeito Dr. João Chaddad, representante do Exmo. Prefeito Municipal, que após saudação aos presentes explicou a necessidade de tais proposições, vez que o Plano Diretor, devido ao crescimento natural da cidade, necessita que este crescimento seja ordenado e sustentável. Desta forma o pessoal do IPPLAP, sob a supervisão do seu presidente Dr. Lauro Pinotti, tem a responsabilidade desse controle, procurando corrigir erros passados no Plano Diretor e fazendo revisões sobre as legislações existentes e sobre o perímetro urbano. Dito isso, agradeceu a todos pela oportunidade oferecida. O Vereador Matheus Antonio Erler após agradecer ao Dr. Chaddad, concede a palavra ao Sr. Lauro Pinotti, por até 40 minutos para explanação dos projetos de lei complementar em questão. Dando continuidade na Audiência, o Sr. Lauro Pinotti cumprimentou à todos os presentes e iniciou uma previa explanação dos projetos, esclarecendo que o motivo de terem sido apresentados dois projetos de lei complementar, se deu pelo fato de que, para se delimitar zonas de interesse social, tem que obrigatoriamente ser feito através de lei específica. Desta forma os assuntos não estão juntos num único projeto. Esclareceu ainda que as áreas objeto dos referidos projetos precisam ser delimitadas e registradas para a regulamentação dos locais indicados e que, consta em Ata, que posteriormente, as câmaras técnicas do Conselho da Cidade irão trabalhar na regulamentação e adequação conforme as características de cada área, pois não se pode fazer projetos em áreas da cidade se não consta no zoneamento aquela delimitação, seja ela de interesse social, seja de ocupação por fragilidade ambiental, seja por ocupação para uma futura Cidade Judiciária ou outras mais. Esclareceu ainda que, o Conselho da Cidade é órgão que deve deliberar e aprovar essas áreas, contando ainda com o CONDEMA, o qual deverá participar de todas as discussões junto com a câmara técnicas do referido Conselho. Esclareceu cada mapa e anexos constante dos projetos e após agradeceu a todos, manifestando sua satisfação em participar da presente Audiência Pública, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. Em ato contínuo o Vereador Matheus Erler, justificou a ausência do Vereador Dirceu Alves da Silva, membro da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, por estar participando de um evento oficial; registrou a presença do Vereador Pedro Luiz da Cruz, relator desta Comissão; agradeceu a presença do Vereador e Presidente desta Casa de Leis, Senhor João Manoel dos Santos e demais vereadores. Agradeceu ainda aos assessores presentes que estavam representando seus respectivos vereadores e a todos os demais presentes. Logo após concedeu a palavra, por ordem alfabética, a todos os presentes, por até 3 (três) minutos cada. Todos os presentes abriram mão da palavra e somente o Vereador Pedro Motoitiro Kawai usou o tempo a ele concedido para cumprimentar a todos e sanar algumas dúvidas sobre interesse social e a ZOCFA. A dúvida do vereador era se, em ambos os casos os lotes são de pequeno porte ou se possuem uma delimitação específica e como funciona isso. O Senhor Lauro Pinotti esclarece ao Vereador Pedro Kawai que as zonas de interesse social possuem índices especiais, com lotes menores ou apartamentos menores, para que se tenha uma obra que caiba no bolso daquele que vai adquiri-lo e a ZOCFA é uma área normal da cidade, com lotes padrão de 250 metros quadrados, mas que pode ser identificada área com essa fragilidade, ou seja, que tenham nascentes, alagamentos, maciço

OC



# CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

33/8

vegetal. São áreas boas mas que possuem fragilidade, como é o caso da Microbacia do Enxofre, Santa Terezinha, Campestre, Água Branca, seguindo pelo Piracicabamirim, e concluindo a fala, esclareceu que toda a bacia do Piracicabamirim é uma área de fragilidade ambiental. Em seguida o Dr. João Chaddad, complementa a explicação do Sr. Lauro Pinotti esclarecendo a dúvida do Vereador Pedro Kawai com relação à área *non edificandi* no bairro Campestre, como sendo uma alternativa para desafogar o trânsito na Avenida Laranjal Paulista abrindo novo traçado até a Rodovia. Explicou ainda, que o projeto para abertura de via de acesso do bairro Campestre até a Rodovia (estrada de Saltinho), teve início na Administração Barjas Negri, e inicialmente sendo que em estudos recentes foi verificado um local mais adequado, situado num setor mais barato e com menor áreas à serem desapropriadas. Dando continuidade nos trabalhos, o Vereador Matheus Erler, justificou a ausência do Vereador Francisco Almeida do Nascimento, feita através de ofício do gabinete, devido ao fato do referido vereador ter assumido compromisso anteriormente e agradeceu a presença do chefe de gabinete Felipe Bicudo, representando a Vereadora Madalena (Luis Antonio Leite); logo após, passou a palavra para o Vereador Carlos Cavalcante, o qual abriu não da palavra. Em seguida o Vereador Matheus Erler convidou o Vereador Pedro Luiz da Cruz para fazer parte da Mesa, como relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, se assim o quisesse. Em ato contínuo, o Presidente João Manoel dos Santos pede esclarecimentos na mesma linha do Vereador Pedro Kawai, sobre a área *non edificandi*, ou seja, quer saber se a referida área é apenas para se abrir acesso do Bairro Campestre à Saltinho e pergunta se não haverá nenhuma sobra dessa área para outros fins. Pede esclarecimento ainda, sobre as áreas do Monte Líbano e do Novo Horizonte, se essas áreas, são especificamente para o projeto "Minha Casa Minha Vida", ou se possuem áreas para outras eventualidades. O Sr. Lauro Pinotti esclarece primeiramente a questão de interesse social, dizendo que a gleba que já está com a EMDHAP, para que se faça um projeto com determinado número de unidades habitacionais é uma gleba específica e está demarcada como zona de interesse social, e o entorno continua tendo o mesmo zoneamento, ou seja, continua sendo uma área normal em que se admite atividades de habitação de um outro padrão. Com relação a área *non edificandi* referida no projeto em discussão, afirmou que o objetivo é apenas passar a via, seguindo em linha reta e com custo menor. Em seguida o Dr. João Chaddad complementou a fala do Sr. Lauro Pinotti, explicando que as áreas de interesse social são demarcadas de acordo com a demanda, e que a demanda é obtida de acordo com as empresas que se interessam em fazer o programa "Minha Casa Minha Vida", e desta vez estão incluindo empresas particulares através da Caixa Federal e a própria Prefeitura, através da EMDHAP. Sempre que houver uma demanda, um interesse da própria Prefeitura ou de uma grande empresa, em fazer construções de interesse social, construções estas que podem ser casas ou edifícios de até 4 andares, há a necessidade do projeto demarcando a área de interesse social, ser aprovado pelo Conselho da Cidade e pela Câmara de Vereadores. Afirmou ainda que, no geral o Município tinha, até uns cinco ou seis anos atrás, um déficit muito grande de moradias e com essa participação do empresário "Minha Casa Minha Vida" e da Emdhap, esse déficit habitacional está diminuindo bastante. Em seguida o Vereador Pedro Kawai pede esclarecimento ao Dr. João Chaddad sobre o funcionamento da zona urbana como um todo, quando se autoriza uma determinada área de interesse social, que permite lotes de até 175 metros quadrados, sendo que no entorno permitem ou até mesmo existem lotes de 200 ou 250 metros quadrados. O



# CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

2/15

referido vereador questiona como fica essa questão, se a região fica padronizada, ou se podemos ter numa mesma gleba, lotes de interesse social com 175 metros quadrados e lotes comuns com 200, 250, 300 metros quadrados. Dando continuidade o Senhor Lauro Pinotti pede a palavra para citar a presença do Senhor Walter Godoy dos Santos, Presidente da EMDHAP e seu assessor Senhor Paulo Roberto Coelho Prates e esclarece que nos dias de hoje, não se aprovam mas projetos que não tenham a inserção de um empreendimento de interesse social na malha urbana. A Emdhap tem estudos bem avançados em parceria com o IPPLAP para verificar tudo que existe em torno da área a ser aprovada como interesse social, seja na questão de escolas, postos de saúde, áreas comerciais, pois para que uma cidade seja alto sustentável, ela precisa que cada região tenha sua própria sustentabilidade e cada vez mais, nos dias de hoje, os projetos levam em consideração essa questão, e uma interligação da malha existente, para que não se criem aqueles labirintos que eram formados antigamente. O Dr. João Chaddad complementa que a ampliação da construção obedece os zoneamentos vizinhos dando continuidade no sistema viário, portanto não havendo problema em se ter áreas menores que as de interesse social, nem para o sistema viário, isso faz parte do crescimento normal da cidade. Em seguida o Vereador Matheus Erler registra e agradece a presença do Senhor Luiz Antonio Lopes Fagundes, do Senhor Walter Godoy dos Santos, Presidente da EMDHAP e do Vereador José Luiz Ribeiro; passando a palavra, por 5 minutos, ao nobre Edil. O Vereador José Luiz Ribeiro agradecer e enaltece a necessidade da realização de Audiência Pública para debater esses assuntos e solicita que todo investimento grande que houver na Cidade, a Câmara seja convidada a participar das discussões. Conclui a fala cumprimentando o Vereador Matheus Erler, os Secretários, o Prefeito e solicita que se faça essa discussão pelo menos uma vez no ano. Em seguida o Vereador Matheus Erler parabeniza as palavras do Vereador José Luiz Ribeiro e afirma que compartilha da mesma ideia do nobre Edil, no que diz respeito a necessidade de se haver mais discussões, mas debates, mais diálogos para que sejam evitados futuros conflitos pois, os inúmeros projetos que tramitam nesta Casa de Leis e os muitos empreendimentos que existem na cidade necessitam de discussões, abrindo mais diálogos entre Legislativo, Executivo e a população. Em seguida o Vereador Matheus Erler questiona se Vereador Luiz Carlos Arruda fará uso da palavra sendo eu o nobre Edil abre mão. Após isso, o Vereador Matheus solicita se os Secretários presentes farão uso da palavra, sendo que todos eles também abrem mão. Em seguida o Vereador Matheus Erler pede que o Procurador Geral do Município, Dr. Mauro Rontani, discorra um pouco mais sobre a importância da Cidade Judiciária para Piracicaba e Região e se tem valores sobre essa questão. Dando continuidade, o Dr. Mauro Rontani, cumprimenta à todos os presentes e inicia sua explanação sobre a Cidade Judiciária, explicando que o Fórum existente da Avenida Saldanha Marinho está com sua capacidade esgotada, e possui uma serie de imóveis alugados na Cidade para uso do Poder Judiciário, como: JEC (Juizado Especial Cível), CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania), arquivo, entre outros. Desta forma há a necessidade de se conseguir concentrar os setores do Poder Judiciário até mesmo no sentido de se agilizar o trâmite processual. Esclarece ainda que, antigamente foi feito um projeto e foi reservada verba pela Secretaria de Justiça para a construção do Fórum Criminal em Piracicaba. Nessa época o Dr. João Chaddad estava à frente do IPPLAP e foi levado essa solicitação ao Tribunal de Justiça, chegando a haver o encaminhamento, mas neste interim, houve a transferência por parte do Governo do



# CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

36  
8

Estado, das verbas para a construção do Tribunal de Justiça para o próprio Tribunal de Justiça, ou seja, saiu da esfera do Executivo passando a administração e organização de sua verba para o próprio Tribunal de Justiça, dentro do orçamento do Estado, evidentemente. Esclareceu ainda que, com a mudança da Presidência do Tribunal de Justiça, houve um novo entendimento no sentido de o Poder Judiciário sair da área central dos municípios indo para área de fácil acesso para toda população, inclusive no entorno das cidades. O Tribunal de Justiça solicitou, num primeiro momento, que o Município pudesse ceder uma área de 20.000 metros quadrados para que fosse construído o novo Fórum da Comarca de Piracicaba, entendendo que, nós estamos hoje na última entranha especial, que é a última instancia do Poder Judiciário do Primeiro Grau, sendo que depois disso vem o Segundo Grau, que é o Tribunal de Justiça em si, ou seja, as Câmaras dos Desembargadores. Dando continuidade à sua fala, o Dr. Mauro esclarece ainda que, houve um pleito do Diretor do Fórum da Comarca de Piracicaba, Exmo. Dr. Wander Pereira Rosset Junior ao Executivo Municipal, para que se deixássemos de lado o projeto de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para a construção do Fórum Criminal e construíssemos um Fórum novo em Piracicaba, num prédio de 15 a 20 andares, aproximadamente, com a verba de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), que está separada no Tribunal de Justiça, para a referida construção, desde que o Município ceda uma área de fácil acesso e que se atenda, hoje, essa interrelação entre os municípios. Paralelo a isso, o proprietário particular da área onde hoje está programada a construção da Cidade Judiciária, entrou com a solicitação de viabilidade para se realizar um loteamento naquela região. Havendo a necessidade do Tribunal de Justiça, partindo do pedido do Diretor do Fórum, Dr. Wander Rosset, o Prefeito Gabriel Ferrato dos Santos, chamou o proprietário da área e falou que "podemos começar a trabalhar no seu processo de urbanização da área, porém o Município tem necessidade urgente de doação de uma área de 35 mil metros quadrados para poder alocar a Cidade Judiciária", sendo que o proprietário aceitou a proposta e fez a doação da área ao Executivo, que imediatamente fez contato com Dr. Wander, o qual, após concordar com o local levou a informação do Tribunal de Justiça. Dando continuidade, o Dr. Mauro explicou que, logo após os primeiros procedimentos, foram feitas as alterações que já estavam em estudo no IPPLAP e foi realizada uma reunião com o Conselho da Cidade, conforme determina a legislação vigente, sendo que o Dr. Wander Rosset, a convite do Dr. Lauro Pinotti, Presidente do IPPLAP, fez explanação na reunião do Conselho da Cidade. O Dr. Mauro explicou ainda que, toda explanação feita por ele nessa Audiência Pública, foi feita com base nas palavras do Dr. Wander Rosset durante a referida reunião do Conselho da Cidade. Disse ainda que, o Executivo Municipal entende que, hoje, após aprovado o projeto será enviada a promulgação da lei juntamente com uma carta ao Poder Judiciário, dando ciência a esse e informando a localização da área, inclusive o nome desse novo grande bairro, que já recebeu a denominação de "Cidade Judiciária" exatamente por esse motivo. Aproveitou para lembrar a todos que além da verba estadual para a construção do Fórum, temos ainda uma área de 15 mil metros quadrados, ao lado da referida área, que é de propriedade do Município, cuja área já possui planejamento urbano para receber uma eventual construção, seja ela para a Justiça Federal, Justiça Trabalhista, ou outras mais, onde se possa trabalhar, com diversas vantagens, inclusive pelo fato do local estar próximo de rodovia, sendo de fácil acesso a todo o Estado de São Paulo e a todos os usuários do Fórum, eliminando de vez os problemas existentes no centro da cidade, incluindo o transportes de presos que



# CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

35/8

cortam a cidade, parando trânsito e apresentando riscos à população. Explicou que nesse novo prédio que será construído, o preso não terá mais contato com as testemunhas, como é feito aqui no Fórum atual, por falta de espaço apropriado, e isso irá facilitar a vida de todos e da própria Cidade. Concluindo sua fala, afirmou que Piracicaba será a primeira Cidade a levar ao Tribunal de Justiça uma área cedida para a construção da Cidade Judiciária. Dito isso, agradeceu à todos os presentes a oportunidade da explanação. Dando continuidade, o Vereador Matheus Erler agradeceu ao Dr. Mauro pela explicação e concedeu ao público presente, até 3 (três) minutos para cada interessado em fazer perguntas. Dando sequência, a Sra. Sonia Ramos, Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, usou os três minutos à ela concedidos para argumentar que o COMDEMA não foi consultado para avaliar e opinar sobre as matérias dos projetos de leis complementares em discussão, e que apesar de entenderem a importância da matéria e entenderem que Piracicaba necessidade de mudanças em seu zoneamento, a Lei Complementar 251/10, que consolida as leis de meio ambiente, reza que os projetos que se referem às ZEIS tem que conter o parecer do COMDEMA, e alega que essas ZEIS não foram apresentadas ao COMDEMA; que Piracicaba têm uma deficiência no mapeamento das APPs e que o COMDEMA não está se posicionando contrário aos projetos, somente estão solicitando a suspensão dos trabalhos e da aprovação destes, até que o COMDEMA, juntamente com outros Conselhos envolvidos, possam analisar as matérias, vez que, a maioria das ZEIS que estão elencadas nos anexos das proposições tratam-se de APPs, até mesmo para garantir a transparência desde a elaboração do projeto e não apenas por ocasião da Audiência Pública. Disse ainda que por ocasião da reunião da decisão e elaboração desses projetos o COMDEMA estava no Anfiteatro da Prefeitura em outro evento de suma importância, que era a apresentação preliminar dos Resíduos Sólidos. O Sr. Lauro Pinotti, esclarece a Sra. Sônia que nessa etapa, o Executivo está fazendo uma delimitação dentro do Plano Diretor, de áreas que serão objeto de projeto, e obviamente, os projetos devem e irão nascer com a participação do COMDEMA, estamos elencando situações que precisam ser colocadas no Plano Diretor como uma certidão de nascimento dessas áreas que serão objeto de projeto. O COMDEMA esteve presente e debateu a matéria no Conselho da Cidade; portanto é não procedente uma solicitação de que se cancele os trabalhos para se analisar algo no COMDEMA; isso acontecerá no seu momento oportuno, inclusive através das câmaras técnicas do Conselho da Cidade com participação do COMDEMA. Não é o momento de se fazer o projeto agora e sim definir a área a ser delimitada e permitir fazer o projeto e no momento correto o COMDEMA irá participar com certeza. Neste momento o Dr. Mauro Rontani se manifesta no sentido de esclarecer que trata-se de matéria de planejamento urbano e matéria urbanística é competência do Conselho da Cidade e, somado a isso as competências do COMDEMA constante da Lei Complementar nº 251/10, é "deliberar, com base em estudos técnicos, sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo" e hoje não há estudos técnicos, há somente delimitação de que o Município está separando as áreas de preservação permanente para fazer as ZEIS. O estudo técnico evidentemente será feito com base na Lei Federal e na Lei Estadual, e será também a partir das câmaras técnicas que o Lauro Pinotti mencionou, e será passada pelo Conselho da Cidade e no momento oportuno será encaminhada ao COMDEMA. Em ato contínuo a Sra. Sônia Ramos usou a palavra novamente para se desculpar por discordar da explanação do Senhor Lauro Pinotti e do Dr. Mauro Rontani, afirmando que a partir do momento que uma área deixa

OC



# CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

88/17

de ser APPs para ser uma área de interesse social não vai mais caber ao COMDEMA interferir. O Dr. Mauro se manifesta dizendo que uma área de APPs nunca deixa de ser APPs. Em APP não se mexe, até mesmo por garantia de legislação federal (cita Magri). Em seguida o Senhor Lauro Pinotti também não concorda com a Senhora Sônia e afirma que área de APPs não muda, não se altera uma APPs ao ser declarada como área de interesse social. Em toda porção de APPs em projeto jamais pode-se fazer outra coisa e nada está sendo feito contra o meio ambiente, sendo que uma zona de interesse social é uma zona para habitações populares feitas nas áreas que são habitáveis. Todo projeto que vai definir áreas que serão habitáveis pode morar gente sim, não é APPs. As áreas de APPs, no máximo poderão ter um manejo desde que aprovado pela CETESB e demais órgãos competentes. Em momento algum está se dando uma licença para que se mexa em APPs, isso não existe, é um erro de entendimento, aliás isso é crime. Nesse momento o Dr. João Chaddad faz um adendo, afirmando que a proposta apresentada trata-se do perímetro de uma área, dentro da qual será executado um projeto e que se tiver uma APP dentro dessa área, será respeitada, com qualquer loteamento que se costuma fazer. A aprovação é para autorizar o perímetro de uma área que vai ter um projeto feito, respeitando a APP como sempre foi feito, não correndo o risco de acontecer alguma coisa escondida. Em ato contínuo a Senhora Sonia Ramos afirma que em reunião do COMDEMA no dia 16/06, eles tiveram acesso aos anexos dos projetos de leis complementares e analisando aos mapas, puderam verificar que existem ZEIS ocupando áreas inteiras de APPs, razão esta que estão solicitando a suspensão dos trabalhos e a votação dos projetos. Desta forma, ela pede garantias de que o COMDEMA irá participar desse processo e pede que seja firmado um compromisso público, e não voltem atrás depois, de que o COMDEMA possa participar futuramente. Ela garante ainda que não foi apresentado nada sobre esse assunto ao COMDEMA; que tiveram apenas um representante do referido Conselho participando da reunião com o Conselho da Cidade, o qual passou para o COMDEMA alguns dados, mas que esse representante sozinho não tem poder de decisão. Nesse momento o Dr. Mauro argumenta que não se trata de garantia, em que pese toda manifestação do Poder Executivo, e sim a legislação que determina que se passe esses assuntos pelo COMDEMA. Dando continuidade aos trabalhos o Vereador Matheus Erler, agradece à Senhora Sônia e ao Dr. Mauro Rontani e registra a presença do membro do Sindicato do Comércio, Senhor Ângelo Tadeu Ali, representando o COMEDIC. Neste momento o Senhor Luiz Antonio Lopes Fagundes faz uso dos três minutos para perguntas, manifestando-se a favor da construção da Cidade Judiciária e fazendo questionamentos com relação aos projetos de interesse social, afirmando que ao fazer um projeto de interesse social estão somente tendo visão empresarial esquecendo-se da visão de cunho social. Dá algumas dicas sobre como aproveitar a área para edificações de interesse social, e que estas deveria contar com maiores áreas verdes, para o lazer, preservação do meio ambiente, implantação de escolas de informática, parques, sempre se preocupando com a qualidade de vida. Sugere ainda que se faça um pré projeto para que a população leiga entenda o loteamento que será aprovado. Em seguida o Vereador Matheus Erler, solicita que Sr. Walter Godoy responda a pergunta do Senhor Luiz Antonio Fagundes. Em seguida o Senhor Walter Godoy, usa a palavra respondendo que todo projeto de interesse social passa pela EMDHAP e não possui mais a visão tacanha de beneficiar os empresários. A EMDHAP não mais fará habitações de interesse social em projetos que pareçam galinheiro, que tinham 500 metros quadrados, como é feito pela MRV. Por isso que nós

DC



# CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

31  
8

conseguimos diante dos nossos projetos que foram levados à Brasília, as 6.300 (seis mil e trezentas) casas de interesse social para Piracicaba. Habitação verticalizada devido aos preços dos terrenos nos dias de hoje. Temos ainda que a qualidade das nossas habitações não existe ainda, no Estado de São Paulo, elas têm fundação, pilar, vigas de transição, ventilação adequadas para a população, citando como exemplo o loteamento Santa Fé. Afirma ainda que as áreas de preservação ambiental são fundamentais para todos esses projetos; tanto no Santa Fé como no Gilda foram tomados esses cuidados. Esclarece que por exigência do próprio Ministério das Cidades, em todos os empreendimentos sociais são feitos estudos de impacto no entorno, na mobilidade urbana, na questão de saúde, da educação, da questão ambiental e do idoso. Todos os projetos hoje, saem com EMEIS, Unidades de Saúde, enfim tudo que foi levantado através de estudos e que seria necessário para o local. O Senhor Lauro Pinotti complementa a fala do Senhor Walter Godoy dizendo que a pedido do Prefeito Gabriel Ferrato, os estudos feitos com linguagens técnicas estão sendo publicados em forma de cadernos técnicos, com textos palatáveis para melhor entendimento da população e hoje temos um total de 6 cadernos (volume 1, referente ao planejamento urbano; volume 2, referente ao sistema integrado de parques lineares na cidade toda; volume 3, referente à zonas de zeladoria; volume 4, referente a mobilidade urbana; volume 5, referente aos sistemas alternativos e ciclovias e volume 6, referente as densidades urbanas), sendo que estes cadernos, encontram-se à disposição, de forma gratuita, no IPPLAP, como 1.600 cópias de cada caderno. Em seguida o senhor Fagundes complementa sua ideia e agradece a oportunidade. Dando continuidade, o Vereador Matheus agradece ao Sr. Fagundes e acrescenta que tem a certeza que as sugestões feitas por ele serão apreciadas pelo Senhor Lauro Pinotti. Em ato continuo o Senhor Lauro agradece e solicita que a população participe das discussões realizadas e não deixem para participar somente da discussão final, ou seja, da Audiência Pública. Nesse momento o Vereador Matheus Erler concede os três minutos para o Senhor Antonio Oswaldo Storel, para que possa fazer seus questionamentos. Em ato continuo o Senhor Antonio Oswaldo Storel enaltece a importância de se realizar Audiência Pública e pede um tempo maior para que as Comissões Permanentes da Casa possam exarar pareceres, por se tratar de assunto muito complexo, envolvendo zonas de interesse social e questiona os pontos preocupantes existentes no projeto. Em seguida o Vereador Matheus Erler agradece a sugestão feita por ele, afirmando que todos os Vereadores das Comissões pertinentes terão tempo hábil para analisar a matéria e se prontifica a conversar com as demais Comissões que deverão exarar pareceres às matérias, sobre a possibilidade de se aumentar o prazo para parecer. Em ato continuo o Arquiteto Rodrigo Munhoz, faz questionamento ao Senhor Lauro Pinotti e ao Dr. Mauro Rontani, sobre a Cidade Judiciária, esclarecendo que ele concorda plenamente que a Cidade Judiciária deva estar concentrada, facilitando a vida das pessoas, mas existe uma preocupação com relação ao fato de se utilizar todo esse investimento público numa área de vazio urbano, dificultando ao cidadão comum observar as coisas que estão acontecendo por lá e diminuindo o controle da sociedade, ou seja, dificultando os olhos da Cidade, e sugere ainda que a Audiência Pública que está ocorrendo nesta data seja levada para a Palestra que será realizada no dia 03/07, organizada pelo Sr. Lauro Pinotti para debaterem o assunto, devido a importância da matéria. O Dr. Mauro responde que embora a área dele não seja urbanística, ele acredita que não se trata de vazio urbano, pois existe uma Universidade, o futuro Hospital Regional e diversos bairros no entorno.





# CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

40

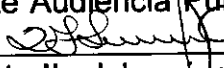
Hoje temos grandes avenidas no Município que facilitam o acesso às rodovias. E a localização da Cidade Judiciária em beira de rodovia é uma das exigências do Tribunal de Justiça, para facilitar o acesso não só da nossa Cidade, mais para os demais municípios que estão no entorno, num raio, de no mínimo, 150 km. Complementando a fala do Dr. Mauro, o Senhor Lauro Pinotti agradece a presença do Senhor Rodrigo Munhoz, dizendo que as teses deles são corretas e ele, Lauro, concorda com todas elas, porém argumenta que podemos requalificar uma área urbana com habitação de interesse social, porém requalificar uma área urbana com presídio é muito difícil, pois o presídio tem que estar isolado pela própria característica de ser um presídio. Precisamos de uma área que seja afastada e terra numa para se fazer uma estrutura adequada, e já se prevê que isso vai gerar um polo de crescimento regional, pois haverá a ligação adequada desse equipamento (Cidade Judiciária), que é regional com outro equipamento que também é regional, que é o Hospital Regional. Ali teremos uma nova grande centralidade. Dando sequência, o Presidente desta Casa, Vereador João Manoel dos Santos, faz uma observação a respeito da sugestão do Senhor Rodrigo Munhoz com relação a ampliação dessa Audiência Pública para a Palestra que vai acontecer no dia 03/07, afirmando que, com relação a isso, nós temos uma questão regimental de prazos e os projetos não estão mais sob o domínio do Executivo, agora eles estão sob a competência do Legislativo, inclusive essa Audiência Pública foi convocada pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação desta Casa Legislativa, com base em legislação vigente e na nossa Lei Orgânica. Em ato contínuo o Vereador Matheus Erler agradece ao Presidente desta Casa e passa a palavra para os Secretários e Vereadores, para que sejam feitas as considerações finais, se houverem, sendo que todos os Secretários abrem mão da palavra e o Vereador Longatto pediu a palavra, cumprimentando o Presidente da Comissão, Vereador Matheus e à todos os demais presentes, ratificando as falas do Presidente João Manoel, explicando rapidamente o tramite dos projetos no Executivo antes de serem enviados para a Câmara. Relatou ainda sobre o preço do metro quadrado das áreas na cidade, o qual ficou muito alto e inviabiliza a construção de interesse social. Daí a necessidade de se criar mais polos descentralizados, sendo cada um no seu tempo; houve tempo para se estudar para planejar e agora estamos aqui discutindo a matéria para aprova-la. Em ato contínuo o Vereador Matheus Erler agradeceu ao Vereador Longatto e passou a palavra para o Dr. Robson Soares, Diretor Jurídico desta Casa de Leis, o qual cumprimenta à todos os presentes, exaltando os trabalhos realizados pelo Vereador Matheus Erler nesta Casa, e a forma como ele vem conduzindo magnificamente a Comissão de Legislação, Justiça e Redação. Agradece e exalta a importância da qualidade e o excelente trabalho de todos os vereadores, assessores, do Presidente desta Casa, os esclarecimentos feitos pelos Secretários, e pelo brilhante trabalho do Prefeito Gabriel Ferrato. Nesse momento o Secretário Walter Godoy pede a palavra para explicar que o Programa "Minha Casa Minha Vida" para a população de baixa renda. Em seguida o Dr. Mauro agradece a todos e enaltece os trabalhos realizados, e o Senhor Lauro Pinotti agradece a oportunidade e coloca o IPPLAP à disposição de todos para maiores esclarecimentos. Finalizando, o Vereador Matheus Erler passa a palavra para o Presidente desta Casa de Leis, o qual agradece e enaltece os trabalhos realizados por todos os envolvidos, sejam eles Autoridade ou população, afirmando que foi um debate esclarecedor e solicita ao Senhor Walter Godoy a retomada do projeto de Cestas Básicas de Construção, que é uma questão social da EMDHAP, pois devido ao encarecimento da terra na nossa cidade, existem hoje várias pessoas que



# CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

## Estado de São Paulo

EF

possuem um terreninho e devido à isso não podem participar dos programas da Caixa nem da EMDHAP, mas que também não podem construir por falta de recursos. Dando sequência nos trabalhos, o Senhor Walter Godoy esclarece que a EMDHAP tinha um projeto e um convênio com a própria CDHU para que se fizesse essas bolsas para compra de material de construção, mas existia e ainda existe um problema sério com relação a documentação dos terrenos, pois ao pessoal compra um terreno e não possui a matrícula nem a escritura do terreno, e o financiamento não tinha demanda dentro da legalidade, ou seja, por falta de documentação legal do terreno. Desta forma hoje é mais fácil se conseguir um financiamento sem as exigências atuais, ou seja, o proprietário ter que demonstrar que é dono do terreno sem a apresentação da matrícula e da escritura. Em seguida o Presidente João Manoel dos Santos agradece à todos os presentes. O Vereador Matheus Erler, Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, e dessa Audiência Pública, agradece ao Prefeito Gabriel Ferrato, à todos os Secretários, aos Diretores e Departamentos da Casa e à todos os demais presentes, ressaltando a importância de atos como esse agora praticado, lembrando sempre que a nossa Constituição Federal estabelece que o poder é exercido democraticamente através dos representantes eleitos pelo povo; nós vereadores. Todavia tal circunstância não anula, em hipótese alguma, a também necessária participação popular, como hoje se fez presente aqui, em determinadas matérias, o que se mostra como a mais moderna e eficaz forma de democracia. As Audiências Públicas, no meu ver, se inserem nessa ideia de democracia participativa, ou seja, a uma participação do povo na cidadania e no processo de tomadas de decisões. Nada mais havendo a ser tratado na presente Audiência Pública, a mesma foi encerrada às onze horas e vinte e oito minutos. Eu,  (Valéria Frota Teixeira Mendes de Oliveira), Assistente de Departamento II, elaborei, redigi, digitei e revisei a presente Ata que será lida e assinada pelos demais membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, se conforme estiver.

  
Pedro Luiz da Cruz  
- Relator -

  
Matheus Antonio Erler  
Presidente

  
Dirceu Alves da Silva  
- Membro -